

Procedimento n.º AS 36/2023

CADERNO DE ENCARGO ¹

Aquisição de Serviços

Consulta Prévia

(Alínea c) do n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos)

¹ a legislação referida neste caderno de encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.

Índice

Capítulo I - Disposições Gerais	4
Cláusula 1. ^a - Objeto do contrato a celebrar	4
Cláusula 2. ^a - Contrato	4
Cláusula 3. ^a – Prazo Contratual	5
Capítulo II – Obrigações das Partes	5
Cláusula 4. ^a - Obrigações do Prestador de serviços	5
Cláusula 5. ^a – Conformidade dos serviços a prestar	7
Cláusula 6. ^a – Garantia técnica	7
Cláusula 7. ^a - Dever de sigilo e Proteção de Dados Pessoais	7
Cláusula 8. ^a - Prazo do dever de sigilo	8
Capítulo III – Obrigações do Município de Fornos de Algodres	9
Cláusula 9. ^a - Preço base e preço contratual.....	9
Cláusula 10. ^a - Condições de pagamento.....	10
Cláusula 11. ^a - Faturação.....	10
Capítulo IV – Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato	11
Cláusula 12. ^a – Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato	11
Capítulo V - Penalidades Contratuais e Resolução	11
Cláusula 13. ^a - Disposições Gerais	11
Cláusula 14. ^a - Resolução por parte do contraente	12
Cláusula 15. ^a - Resolução por parte do Prestador de serviços	13
Cláusula 16. ^a - Caução	13
Cláusula 17. ^a - Seguros	13
Capítulo VI - Disposições Finais.....	14
Cláusula 18. ^a - Casos de Força maior	14
Cláusula 19. ^a – Deveres de informação e comunicações	15

Cláusula 20. ^a - Foro competente.....	15
Cláusula 21. ^a - Direito aplicável e natureza do contrato.....	15
Cláusula 22. ^a – Contagem dos prazos.....	15
Capítulo VII – Especificações Técnicas	17
Cláusula 23. ^a – Especificações gerais	17
Cláusula 24. ^a – Descrição dos circuitos	18
Cláusula 25. ^a – Requisitos dos veículos	19
Cláusula 26. ^a – Motoristas.....	20
Cláusula 27. ^a – Vigilantes.....	20
ANEXO A – Mapa de quantidades	21

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.^a - Objeto do contrato a celebrar

O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com o Município de Fornos de Algodres, de ora em diante designado por Município, na sequência de um procedimento por **consulta prévia**, para a **aquisição de serviços**, que tem por objeto principal “**Aquisição de Serviços Especializados para Transportes Escolares - Circuitos Especiais para o ano letivo 2023/2024**”, nos termos melhor definidos no presente documento e respetivos anexos.

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Prestador de serviços;
 - f) O respetivo clausulado e os seus anexos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
5. Os ajustamentos propostos pelo Município de Fornos de Algodres, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo prestador de serviços, nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo código, prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 2 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a – Prazo Contratual

1. O contrato, não renovável, mantém-se **em vigor até 28 de junho de 2024**, durante esse prazo, as ações propostas no presente caderno de encargos, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital qualificada, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
2. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, tendo o prestador de serviços mais de um representante e outorgando o contrato em parte com assinatura(s) digital(is) e em parte com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data da última assinatura digital. Caso o prestador de serviços outorgue apenas com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data que tenha sido aposta conjuntamente com a(s) assinatura(s).

Capítulo II – Obrigações das Partes

Cláusula 4.^a - Obrigações do Prestador de serviços

1. O Prestador de serviços obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de cumprir com as especificações técnicas, requisitos mínimos e os níveis de serviço estabelecidos no **Capítulo VII – Especificações Técnicas**;
 - b) Obrigação de assumir a responsabilidade por eventuais danos causados nos equipamentos e outros bens existentes nas instalações a designar pelo Município de Fornos de Algodres, bem como quaisquer outros resultantes das atividades inerentes ao fornecimento;
 - c) Obrigação de prestar ao Município de Fornos de Algodres, ou à entidade por ela designada, em qualquer tempo na pendência do fornecimento, as informações e esclarecimentos relativos ao mesmo, prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;

- d) Obrigação de responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do prestador de serviços.
- e) Obrigação de disponibilizar simultaneamente com a entrega dos materiais, sempre que enquadrável, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários à boa e integral utilização dos materiais;
- f) Todas as despesas e custos com o transporte e entrega do material objeto do contrato são da responsabilidade do prestador de serviços;
- g) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao Município, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o Município;
- h) Não alterar as condições da prestação dos serviços do presente caderno de encargos, salvo autorização do Município;
- i) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato sem prévia autorização do Município;
- j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- k) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontre envolvidos;
- l) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- m) Respeitar, no que seja aplicável à prestação de serviços a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, a legislação em vigor, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções dos fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.

3. A título acessório, o Prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, combustíveis, seguros e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento contratado, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a – Conformidade dos serviços a prestar

O prestador de serviços obrigará-se a efetuar os trabalhos objeto do contrato, com as especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

1. O Município assegura ao prestador de serviços toda a documentação necessária para a realização do trabalho;
2. O prestador de serviços obrigará-se a efetuar os trabalhos objeto do contrato, com as especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos;
3. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 6.^a – Garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 7.^a - Dever de sigilo e Proteção de Dados Pessoais

1. O Prestador de serviços compromete-se a garantir o sigilo quanto à informação obtida, quer por si própria, quer por qualquer pessoa, que no âmbito da adjudicação exerça funções por sua conta, obrigando-se igualmente a não utilizar essa informação para outros fins que não os do objeto do presente procedimento.
2. O Prestador de serviços obriga-se a manter em total e completo sigilo todas as informações de natureza profissional, consideradas pelo Município como confidenciais, nomeadamente, bem como toda a demais informação provada ou de propriedade do Município, adquirida no decurso de toda a atividade ou de qualquer outra informação que venha a tomar conhecimento por força da execução do contrato (“Informação Confidencial”).

3. O Prestador de serviços obriga-se a observar estritamente as indicações que lhe forem pontualmente fornecidas pelo Município, relativamente à divulgação da Informação Confidencial, devendo ainda consultar previamente aquela, sempre que tenha dúvidas relativamente à possibilidade de divulgação de determinada Informação Confidencial.
4. O Prestador de serviços, obriga-se ainda, nos termos do disposto na legislação nacional e comunitária relativa a Proteção de Dados, a:
 - a. Não realizar o tratamento da informação obtida a que tiver acesso a não ser para a finalidade que lhe foi solicitada pelo Município e que é objeto do contrato;
 - b. Cumprir o disposto na legislação portuguesa em vigor sobre proteção de dados pessoais;
 - c. Guardar sigilo profissional sobre a informação obtida no âmbito do contrato, nos termos do disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais;
 - d. Adotar todas as medidas de carácter técnico e organizativo necessário e adequadas a garantir a segurança da informação obtida no âmbito do contrato, de modo a salvaguardar a informação contra a destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizados e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

Cláusula 8.^a - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Capítulo III – Obrigações do Município de Fornos de Algodres

Cláusula 9.^a - Preço base e preço contratual

1. Nos termos do disposto no artigo 47.º do CCP, é fixado o preço base para a prestação de serviços em **9.919,00€** (nove mil, novecentos e dezanove euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação, se este for legalmente devido, sendo este o montante máximo que o Município se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato e sendo repartido da seguinte forma:

ANO 2023

- ✓ **Lote 1** – 475,00 € (quatrocentos e setenta e cinco euros);
- ✓ **Lote 2** – 1.110,20 € (mil, cento e dez e vinte cêntimos);
- ✓ **Lote 3** – 1.586,00 € (mil, quinhentos e oitenta e seis euros);
- ✓ **Lote 4** – 325,00€ (trezentos e vinte e cinco euros);

ANO 2024

- ✓ **Lote 5** – 865,80 € (oitocentos e sessenta e cinco euros e oitenta cêntimos);
- ✓ **Lote 6** – 2.020,20 € (dois mil e vinte euros e vinte cêntimos);
- ✓ **Lote 7** – 2.886,00 € (dois mil, oitocentos e oitenta e seis euros);
- ✓ **Lote 8** – 650,00€ (seiscentos e cinquenta euros).

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, combustíveis, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.
3. Pela Prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deve pagar ao Prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 10.^a - Condições de pagamento

1. As condições de pagamento do encargo total da prestação de serviços serão de acordo com as seguintes condicionantes:
 - a) Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, conforme ponto n.º 4 do artigo 299.º do CCP, após apresentar da respetiva fatura.
 - b) Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
2. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através transferência bancária.
3. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao prestador de serviços serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 11.^a - Faturação

1. A fatura a apresentar pelo prestador de serviços ao Município de Fornos de Algodres, emitida em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, deve conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida após a prestação de serviços, podendo ser mensal, caso seja enquadrável, objeto do contrato e aceitação pelo Município de Fornos de Algodres;
 - b) Conter o número de compromisso e/ou requisição emitida pelo Município de Fornos de Algodres;
 - c) Indicar o preço global;
 - d) Indicar o IVA à taxa legal aplicável.
3. O prestador de serviços deve proceder à **emissão das faturas em formato eletrónico (EDI)**, se tal lhe for aplicável, decorrente da aplicação e cumprimento da legislação em vigor para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei, n.º 123/2018, de 28 de dezembro, atualizado com o

estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020 de 7 de abril. pelo Decreto-Lei n.º 104/2021, de 27 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho ou outra que venha a estar em vigor no decorrer do contrato.

4. O Município de Fornos de Algodres aderiu ao Portal da YET para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pelo grupo Primavera. Nesse sentido deve ser considerado que o broker é a YET e o pedido de ligação deverá ser efetuado para o email intervan@yetspace.com
5. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o prestador de serviços consultar a informação disponível em <https://www.cm-fornosdealgodres.pt/institucional/camara-municipal/documentacao/contratacao-publica/>
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Município de Fornos de Algodres não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

Capítulo IV – Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato

Cláusula 12.^a – Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

A identificação do gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, constará do contrato a celebrar.

Capítulo V - Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 13.^a - Disposições Gerais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do Prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das obrigações contratuais, até ao valor de 20% do preço contratual;
 - b) Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 5 % do preço contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1., relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.^a - Resolução por parte do contraente

1. O contrato poderá ser objeto de resolução, sempre que se verifique o incumprimento por parte do Prestador de serviços das condições estabelecidas ou de outras obrigações contratuais, ou este não tenha sanado a sua atuação no prazo para o efeito fixado, designadamente quando:
 - a) O Prestador de serviços sonegar, distorcer ou, por qualquer modo, alterar quaisquer registos ou informações que deva prestar ao Município;
 - b) O Prestador de serviços demonstrar, consecutivamente, negligência no cumprimento das suas obrigações;
 - c) Se o Prestador de serviços menosprezar a sua responsabilidade e não corresponder aos objetivos estabelecidos na prestação de serviço;
 - d) Em qualquer altura se verificar que o Prestador de serviços não deu aos trabalhos o desenvolvimento previsto previamente acordados;
 - e) Ocorrer a caducidade ou perda de Alvarás e Licenças de atividade por parte do Prestador de serviços;
 - f) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou declaração escrita do Prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O exercício do direito de resolução previsto no número anterior, não prejudica o direito do Município vir a ser ressarcido dos prejuízos que lhe advierem dessa resolução ou da conduta do Prestador de serviços que terá levado à resolução.

3. A resolução nas condições expressas no n.º 1 da presente cláusula será comunicada ao Prestador de serviços através de carta registada, com aviso de receção, e só terá efeitos passados 30 (trinta) dias da notificação, mantendo-se durante este período todas as condições contratuais.

Cláusula 15.ª - Resolução por parte do Prestador de serviços

1. O prestador de serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 16.ª - Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução pelo prestador de serviços.

Cláusula 17.ª - Seguros

1. O Prestador de serviços obriga-se a contratar seguros que garantam a cobertura dos riscos e danos, direta ou indiretamente, emergentes da sua atividade, nos termos impostos pela legislação em vigor aplicável ao caso concreto.
2. O Município de Fornos de Algodres pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

Capítulo VI - Disposições Finais

Cláusula 18.^a - Casos de Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados as sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.^a – Deveres de informação e comunicações

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 7 (sete) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.
4. Salvo quando o contrário resulte do Contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou correio eletrónico, entre o Gestor de contrato designado pelo Município de Fornos de Algodres e o prestador de serviços.
5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 7 (sete) dias.

Cláusula 20.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.^a - Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 22.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

Fornos de Algodres

O Presidente da Câmara Municipal

(Dr. António Manuel Pina Fonseca)

Capítulo VII – Especificações Técnicas

Cláusula 23.^a – Especificações gerais

- a) Assegurar o transporte rodoviário dos alunos de acordo com os circuitos apresentados na cláusula seguinte;
- b) A execução dos circuitos especiais deverá ser levada a efeito de acordo com as disposições da [Lei n.º 13/2006 de 17 abril](#) e do [Decreto-lei n.º 299/84 de 5 de setembro](#), nas suas redações mais atualizadas;
- c) Em caso de enquadramento, o prestador de serviços é obrigado a contratar os vigilantes necessários de acordo com o artigo 8.º da Lei n.º 13/2006 de 17 de abril, bem como o respetivo equipamento exigível ao desempenho da sua função;
- d) Assumir os encargos com a aquisição de sistemas complementares de retenção de crianças (cadeirinhas), nos termos da legislação em vigor;
- e) Os locais de início e fim de cada circuito são os estipulados na cláusula seguinte, deste caderno de encargos, pelo que o Prestador de serviços deverá assegurar, caso seja necessário, o transporte dos seus colaboradores de e para os locais necessários;
- f) O serviço será prestado entre os meses de **setembro e junho do ano letivo 2023/2024**, excluindo fins-de-semana, feriados e interrupções letivas, respeitando com pontualidade os horários e os percursos definidos;
- g) Os trajetos e horários, que constam dos circuitos referidos na cláusula seguinte, poderão sofrer alterações em função da programação das atividades letivas, pelo que a Entidade Adjudicante reserva-se o direito de fazer os acertos necessários, bastando para tal informar o adjudicatário com antecedência, renunciando este, a qualquer tipo de contrapartida;
- h) O número de alunos a transportar, e identificados na cláusula seguinte, é real à data da elaboração deste procedimento, podendo variar em função das matrículas efetuadas ao longo do ano letivo, eventuais transferências ou desistências.

Cláusula 24.^a – Descrição dos circuitos

Os circuitos/lotes objeto do presente procedimento são definidos da seguinte forma:

Circuito 1 - Lote 1 e Lote 5

O **circuito 1** com uma distância total por viagem igual a **12,00 km** (partida e regresso), com um total de **3 alunos**, apresenta as seguintes características:

Alunos	Localidade (embarque)	Local de Destino	Ano de Escolaridade
Aluno 1	Fornos de Algodres - Quinta da Lajeosa	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres (346366)	11º Ano
Aluno 2	Fornos de Algodres - Quinta da Lajeosa	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres (346366)	12º Ano
Aluno 3	Fornos de Algodres - Quinta do Furado	Jardim de Infância de Fornos de Algodres	Educação Pré-Escolar

Circuito2 - Lote 2 e Lote 6

O **circuito 2** com uma distância total por viagem igual a **28,00 km** (partida e regresso), com um total de **3 alunos**, apresenta as seguintes características:

Alunos	Localidade (embarque)	Local de Destino	Ano de Escolaridade
Aluno 1	UF Cortiço e Vila Chã - Cortiço	Escola Básica de Figueiró da Granja (222665)	3º Ano
Aluno 2	UF Cortiço e Vila Chã - Cortiço	Escola Básica de Figueiró da Granja (222665)	3º Ano
Aluno 3	UF Cortiço e Vila Chã - Cortiço	Jardim de Infância de Figueiró da Granja (613538)	Educação Pré-Escolar

Circuito 3 - Lote 3 e Lote 7

O **circuito 1** com uma distância total por viagem igual a **40,00 km** (partida e regresso), com um total de **6 alunos**, apresenta as seguintes características:

Alunos	Localidade (embarque)	Local de Destino	Ano de Escolaridade
Aluno 1	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Jardim de Infância de Fornos de Algodres	Educação Pré-Escolar
Aluno 2	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Escola Básica de Fornos de Algodres (223712)	3º Ano
Aluno 3	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Escola Básica de Fornos de Algodres (223712)	2º Ano
Aluno 4	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres (346366)	5º Ano
Aluno 5	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres (346366)	7º Ano
Aluno 6	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres (346366)	7º Ano

Bolsa de Quilómetros - Lote 4 e Lote 8

1. A “**bolsa de quilómetros**” apresenta uma **estimativa de 1.500 km**, repartidos pelos anos de 2023 (500 km) e 2023 (1.000km);
2. Os quilómetros previstos na “bolsa de quilómetros” são meramente indicativos, devendo ocorrer de modo fracionado, mediante as necessidades, e a pedido do Município de Fornos de Algodres, reservando-se ao mesmo, o direito de não adquirir a totalidade dos quilómetros indicados no procedimento;
3. Obrigação de fornecimento do pacote “bolsa de quilómetros” em conformidade com as condições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor;
4. O Prestador de serviços obriga-se a entregar um relatório das viagens efetuadas do pacote “bolsa de quilómetros”, onde deve constar o máximo de informação e
5. O Prestador de serviços deve garantir, sempre que necessário, a continuidade do fornecimento da “bolsa de quilómetros” na vigência do contrato.

Cláusula 25.^a – Requisitos dos veículos

1. Os veículos utilizados no transporte coletivo de crianças deverão estar licenciados e devidamente identificados de acordo com o [artigo 5.º da Lei n.º 13/2006 de 17 de abril](#), aquando da execução do contrato.
2. Os veículos utilizados no transporte coletivo de crianças deverão estar equipados com extintor de incêndios e caixa de primeiros socorros, com as características mencionadas no [Despacho n.º 25879/2006, de 21 de dezembro](#), do Diretor-Geral de Viação.
3. Todos os lugares dos veículos utilizados devem estar equipados com cintos de segurança devidamente homologados. A utilização do sistema de retenção para crianças é obrigatória, aplicando-se o disposto em legislação específica em vigor.
4. Os veículos licenciados para transporte coletivo de crianças (TCC), devem obedecer aos requisitos estabelecidos pela Lei n.º 13/2006, de 17 de abril.
5. O mesmo veículo só poderá ser proposto, no máximo, para dois circuitos diferentes.

Cláusula 26.^a – Motoristas

1. O transporte coletivo de crianças só poderá ser efetuado por motoristas que possuam certificado, emitido pela DGTT, específico para o efeito, exceto o transporte efetuado por pessoas coletivas sem fins lucrativos com veículos ligeiros.
2. Com exceção do transporte em táxi e do transporte efetuado por pessoas coletivas sem fins lucrativos com veículos ligeiros, os motoristas de transporte coletivo de crianças em veículos ligeiros ficam sujeitos às regras sobre tempos de condução e de repouso aplicáveis aos condutores pesados de passageiros, sendo, nestes casos, obrigatório o uso de tacógrafo.

Cláusula 27.^a – Vigilantes

1. No transporte de crianças, o prestador de serviços deverá assegurar a presença de vigilantes(s), quando aplicável, nos termos do artigo 8.º da Lei 13/2006, de 17 de abril.
2. É da responsabilidade do vigilante garantir o cumprimento das condições de segurança relativamente a cintos de segurança e sistemas de retenção para crianças, bem como acompanhar as crianças no atravessamento de vias, usando colete retrorrefletor e raquete de sinalização, devidamente homologados.
3. A presença de vigilante é dispensada se o transporte for realizado em automóvel ligeiro de passageiros.

ANEXO A – Mapa de quantidades

Alunos	Localidade (embarque)	Local de Destino	Ano de Escolaridade	Setembro a Dezembro de 2023					JANEIRO a JUNHO de 2024										
				LOTE	Km	Viagens	Custo Km	Montante Dia (€)	Dias Escolares	Montante Ano Escolar (€)	Montante Ano Escolar (€) com IVA	LOTE	Km	Viagens	Custo Km	Montante Dia (€)	Dias Escolares	Montante Ano Escolar (€)	Montante Ano Escolar (€) com IVA
				a)	b)	c)	d) = a) x b) x c)	e)	f) = d) x e)	g) = f) x 6%		a)	b)	c)	d) = a) x b) x c)	e)	f) = d) x e)	g) = f) x 6%	
Aluno 1	Fornos de Algodres - Quinta da Lajosa	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres (346366)	11º Ano	Lote 1	6	2		- €	61	- €	- €	Lote 5	6	2		- €	111	- €	- €
Aluno 2	Fornos de Algodres - Quinta da Lajosa	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres (346366)	12º Ano																
Aluno 3	Fornos de Algodres - Quinta do Furado	Jardim de Infância de Fornos de Algodres	Educação Pré-Escolar																
Aluno 1	UF Cortiço e Vila Chã - Cortiço	Escola Básica de Figueiró da Granja (222665)	3º Ano	Lote 2	14	2		- €	61	- €	- €	Lote 6	14	2		- €	111	- €	- €
Aluno 2	UF Cortiço e Vila Chã - Cortiço	Escola Básica de Figueiró da Granja (222665)	3º Ano																
Aluno 3	UF Cortiço e Vila Chã - Cortiço	Jardim de Infância de Figueiró da Granja (613538)	Educação Pré-Escolar																
Aluno 1	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Jardim de Infância de Fornos de Algodres	Educação Pré-Escolar	Lote 3	20	2		- €	61	- €	- €	Lote 7	20	2		- €	111	- €	- €
Aluno 2	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Escola Básica de Fornos de Algodres (223712)	3º Ano																
Aluno 3	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Escola Básica de Fornos de Algodres (223712)	2º Ano																
Aluno 4	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres (346366)	5º Ano																
Aluno 5	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres (346366)	7º Ano																
Aluno 6	Vila Franca da Serra - Vila Franca da Serra	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres (346366)	7º Ano																
Bolsa	Bolsa de Quilómetros	Bolsa de Quilómetros	-	Lote 4	500	1		- €	1	- €	- €	Lote 8	1 000	1		- €	1	- €	- €
Preço Contratual (€)																			

Documento editável em anexo.

Só devem ser preenchidas as células amarelas, com o preço unitário (€) por quilómetro.